



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA Nº 13/2023 DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROTEÇÃO ANIMAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Aos 16 dias de outubro de 2023, às 16h50min, a Comissão de Saúde, Proteção Animal e Desenvolvimento Social, presentes os vereadores Aline Moreira Silva Melo, Gilson Fazolla Filgueiras e José Carlos Reis Pereira, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Membro, reuniu-se na sede da Câmara Municipal de Ubá com a senhora Rosângela Maria Alfenas de Andrade, administradora do Hospital Santa Isabel, com o Secretário Municipal de Saúde, Ricardo Antônio do Nascimento, e com o Gerente de Planejamento, Normalização e Instrumentos de Gestão em Saúde, João Paulo da Silva, para entender a atual situação financeira do hospital e sua demanda de serviço e sobre o contrato Prefeitura/Hospital.

Também estiveram presentes os vereadores José Maria Fernandes, Edeir Pacheco da Costa, Célio Lopes dos Santos e José Roberto Reis Filgueiras.

A sra. Rosângela contou que os custos dos materiais estão mais altos e o salário dos médicos sofre constante reajuste, porque ameaçam abandonar os plantões, caso não reajustem, e não se encontra outro profissional para substituir, facilmente.

Disse que o hospital, sendo referência em pediatria, tem dificuldade de contratar pediatras e é necessário ter a escala de 3 plantonistas, por ser o único que atende a especialidade.

Contou que o governo exigiu a contratação de um especialista em urologia na escala do plantão do hospital. Hoje a instituição tem cardiologista, pediatra, neurologista, buco-maxilo, ortopedista, cirurgião e vascular. Disse que os gastos estão aumentando e não tem dinheiro para cobrir.

A administradora expôs que o hospital está com um déficit de R\$ 400 mil por mês, atualmente, e, além disso, o hospital está sem receber julho, agosto e setembro, sendo R\$ 374 mil a mais de prejuízo por mês, referente ao pronto-socorro (atendimento na porta). Acrescentou que o salário dos médicos está atrasado, referente aos meses de agosto e setembro. Contou que a folha de médicos do hospital é de R\$ 1 milhão e 100 mil.

Disse que recebe, há 10 anos, para cobrir atendimento pelo SUS, R\$ 100 mil do Estado e igualmente da União.

Contou que o pronto-socorro é de responsabilidade do município, mas como ele não tinha, optou por fazer um convênio com os hospitais para os atendimentos. Informou que, atualmente, o hospital atende 20 cidades, incluindo Ubá, que fazem parte da Programação Pactuada Integrada (PPI), as cidades vizinhas contribuem com uma porcentagem em dinheiro para serem atendidas na instituição. O Município de Ubá custeia em torno de 70%, mas utiliza 50%, a outra metade é utilizada pelos outros municípios, ainda que não contribuam com tal.

Sobre internações, disse que Ubá utiliza 50%. Contou que o contrato com o Estado, referente às internações, sofreu modificações no repasse, que diminuiu.

Explicou que se gastar mais do que o que recebe para atender na porta, o prejuízo é do hospital, o Estado não cobre o “extrapolamento”. Disse que a média da extração é de R\$ 400 mil por mês e ela está aumentando, em março foi R\$ 560 mil, abril R\$ 400 mil, maio R\$ 400 mil e



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

junho R\$ 568 mil.

Disse, com relação ao município de Ubá, que estão sem contrato, portanto, está sem receber julho, agosto, setembro e outubro (até o presente momento), que existem verbas, já depositadas, previstas em portarias, que ainda não foram repassadas, e as emendas parlamentares de vereadores, que até o momento recebeu R\$ 400 mil de R\$ 796 mil, sendo que no plano de trabalho era até julho o pagamento total.

Contou que tem R\$ 168 mil para receber da prefeitura de notas de prestação de serviço, referentes ao mês de junho, junho e agosto. O secretário comentou que podem ser as notas paradas na contabilidade que estão com problema na retenção do imposto de renda, conforme foi informado pelo setor. A Rosângela respondeu que o hospital não sofre essa retenção.

A administradora disse que o hospital não recebeu por todas as tomografias realizadas na pandemia e por outras pós pandemia, sendo no ano de 2023 R\$ 439 mil de “extrapolamento”.

Comentou que será necessário aumentar mais vinte leitos na UTI, desencadeando um prejuízo financeiro para o hospital essa construção.

Disse que conversou com o atual Prefeito, Edson Teixeira Filho, no período de aprovação da LOA/2023, e ele pediu que o hospital aceitasse a proposta de receber R\$ 374 mil até junho e que voltariam a acordar, numa próxima reunião, de o município arcar com os R\$ 500 mil pleiteados.

Contou que o município compra tomografia eletiva, mas não as de urgência, que, na sua visão, é injusto.

O servidor João Paulo disse que o gasto com saúde do município é grande, pois arcaram com extração da Policlínica, dos CAPS e outros serviços.

O secretário disse que, ao assumir em julho, viu que o convênio com o Santa Isabel estava vencido, então, procurou Rosângela para propor renová-lo pelo mesmo valor e obteve a resposta que não seria possível, porque o atendimento na porta gera um custo maior que os R\$ 374 mil.

Contou que destinou para o HSI uma verba mensal, antes enviada ao Hospital São Vicente, de aproximadamente R\$ 58.000,00, referente ao custeio de uma UPA pediátrica – UAI Pediátrica - que não funcionava. Então, há mais ou menos 1 mês, reuniram-se novamente para apresentar uma nova proposta à administradora do hospital, de R\$ 450 mil por mês, durante um ano, a partir de outubro.

A Rosângela disse que o Prefeito afirmou que seriam pagos os atrasados e sugeriu R\$ 900 mil nos meses de outubro, novembro e dezembro. O Ricardo disse que não está se negando a pagar, mas que precisa da indicação de uma ficha, pois no caixa da Saúde não tem dinheiro.

Prosseguiu João Paulo explicando que o município não assumiu o compromisso com o Estado de realizar média e alta complexidade e, atualmente, a contrapartida do município é de R\$ 500 mil mensal para MAC. Com o pronto atendimento, ultrapassa R\$ 1 milhão. Aumentar o valor do repasse mensal não resolverá a questão financeira do hospital.

Disse que o município pretende viabilizar a gestão plena, pois não há como o município de Ubá assumir a MAC e sua verba, isoladamente, sem recursos da União, Estado e demais municípios da microrregião, com cerca de extração de R\$ 7 a 8 milhões/ano. Existe a defasagem da tabela



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

desde 2001, e hoje o custo com a saúde é de 30%, não há recursos novos para a saúde.

João Paulo sugeriu à Rosângela apresentar o levantamento das despesas a partir do tipo de contratualização e faria um rateio para discutir separadamente de quem é a responsabilidade.

Rosângela disse que aceita o pagamento de R\$ 450 mil para pagar os custos retroativos dos meses de julho, agosto e setembro, mas afirmou que não é viável aceitar o mesmo valor para o próximo ano.

Segundo Ricardo, o prefeito Edson pretende pagar o retroativo, mas a Secretaria de Saúde não possui caixa disponível para efetuar tal pagamento. Disse ainda, que, se o HSI tivesse firmado o convênio, o prejuízo seria menor.

Foi levantada a questão se é possível fazer o pagamento do retroativo com a devolução de repasse da Câmara para o Executivo e os vereadores presentes acordaram conversar com o prefeito sobre isso.

O Secretário informou que segundo a Rosângela o contrato foi feito, excepcionalmente, por 6 meses e não por período de 1 ano, por não ter alcançado o valor de R\$ 500 mil.

Segundo o vereador José Roberto, a proposta apresentada pelo prefeito foi de renovar o contrato por 6 meses no valor de R\$ 450 mil e o secretário disse que tentará chegar até dezembro no valor de R\$ 500 mil aprovados na LOA/2023.

Ricardo ponderou que a Secretaria de Saúde consegue assumir até o valor de R\$ 450 mil mensal, mas que isso, é necessária a indicação da ficha, pois hoje, não há recursos próprios disponíveis na dotação orçamentária da secretaria.

Procedeu mencionando que um dos problemas na rede SUS são os recursos carimbados e comentou ainda que, recentemente, o Governo Federal aprovou o fim do teto de gastos com a Saúde já em 2023.

Rosângela informou que levará toda a discussão à Diretoria do Hospital, visto que é insuportável continuar nesta situação com riscos de fechar o hospital.

Em seguida, os vereadores, em comum acordo, decidiram conversar com o prefeito para discutir o valor da renovação do contrato e o pagamento dos repasses atrasados.

O secretário sugeriu aos vereadores se reunirem com o Dr. Rodrigo, Promotor de Justiça, na tentativa de cobrança de recursos dos municípios da microrregião.

Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se às 18h45min.

Vereador Gilson Fazolla Filgueiras
Vice-Presidente

Vereadora Aline Moreira Silva Melo
Presidente

Vereador José Carlos Reis Pereira
Membro